



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,88% São Paulo	127.528 19/3	R\$ 4,998 (+ 0,39%)	Últimos 18/março 5,025 19/março 5,029 20/março 4,974 21/março 4,979	R\$ 5,401	10,65%	10,65%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83

EQUILÍBRIO FISCAL

Previdência motiva bloqueio de R\$ 2,9 bi

A elevação em R\$ 5,6 bilhões na previsão dos gastos previdenciários foi o principal motivo para o ajuste no Orçamento

» RAFAELA GONÇALVES

O governo federal fará um bloqueio de R\$ 2,9 bilhões no Orçamento deste ano. Segundo o Relatório de Receitas e Despesas do 1º bimestre, divulgado ontem pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, a suspensão dos recursos será necessária por causa de gastos com Previdência Social acima do que estava previsto inicialmente no Orçamento.

O documento, publicado a cada dois meses, serve para avaliar se a meta fiscal do ano está sendo perseguida e se o limite de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal, respeitado. Este ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê a meta de déficit zero.

O relatório revisou a estimativa do resultado primário no ano para um saldo negativo de R\$ 9,3 bilhões, equivalente a 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB), ante a previsão de saldo positivo de R\$ 9,1 bilhões, contida na Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada em dezembro do ano passado pelo Congresso Nacional.

Caso essa projeção se concretize, o resultado ficará dentro da meta, já que a LDO prevê um intervalo de tolerância estabelecido para o resultado primário, com uma banda de 0,25 ponto percentual para negativo ou para positivo em relação ao centro da meta de equilíbrio fiscal, de zero por cento.

Investimentos

O bloqueio dos gastos será feito nas despesas discricionárias,

que não são obrigatórias e podem ser feitas em investimentos ou custeio da máquina pública. O detalhamento, com a informação de quais pastas terão que restringir o Orçamento, será divulgado até o fim deste mês.

Mesmo com o conforto dos números estarem de acordo com a meta, o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, alerta que a situação fiscal não é confortável. O governo pode ter um déficit de até 0,25 ponto percentual do PIB e cumprir a meta, o que é equivalente a R\$ 28,8 bilhões em excesso de despesas, em termos nominais. "Isso não significa uma situação de conforto nem de necessidade de menor atenção no controle de contas públicas. É fundamental continuarmos com muita atenção e monitoramento bimestral para mantermos essa trajetória boa", disse, em coletiva de imprensa.

Considerando a nova projeção de déficit no resultado primário, o governo deveria ter feito um bloqueio maior para cumprir integralmente a meta de zerar o déficit fiscal. De acordo com Bijos ainda há bastante espaço para segurar os gastos. "O nosso universo bloqueável é da ordem de R\$ 77 bilhões", afirmou o secretário. Ele se referia ao montante das despesas não obrigatórias que o governo pode cortar. A previsão para o total das discricionárias chega a R\$ 204,4 bilhões, mas o governo só pode bloquear R\$ 77 bilhões, por causa das emendas parlamentares impositivas e os gastos mínimos estabelecidos para saúde e educação, que não podem ser

Resultado primário

Resumo da avaliação (Valores em R\$ bilhões)



DISCRIMINAÇÃO	LOA	1º BIMESTRE	DIFERENÇA
Receita Líquida	2.192,0	2.175,2	-16,8
Despesas Obrigatórias	1.974,0	1.980,1	6,1
Despesas Discricionárias	208,9	204,4	-4,5
Resultado Primário	9,1	-9,3	-18,4

Fonte: MPO.

alterados no Orçamento.

A projeção da equipe econômica para as receitas primárias totais da União neste ano caiu de R\$ 2,720 trilhões para R\$ 2,688 trilhões. Já a estimativa para a

receita líquida, livre de transferências para os governos regionais, passou de R\$ 2,192 trilhões para R\$ 2,175 trilhões neste ano.

Pelo lado das despesas primárias, a previsão de gasto total em

2024 saltou de R\$ 2,183 trilhões para R\$ 2,184 trilhões. Com as revisões do relatório, o volume de gastos obrigatórios passou de R\$ 1,974 trilhão para R\$ 1,980 trilhão, o que exigiu redução nas

despesas discricionárias de R\$ 208,9 bilhões para R\$ 204,4 bilhões neste ano e gerou o bloqueio anunciado pelo Planejamento.

Previdência

A previsão de gastos com benefícios previdenciários em 2024 subiu R\$ 5,6 bilhões, alcançando R\$ 914,2 bilhões, segundo o relatório. "A despesa obrigatória foi revista, para cima principalmente, pela Previdência. A arrecadação tem se comportado de acordo com a atividade e está surpreendendo para melhor. Mesmo assim, a receita líquida foi revista para baixo", destacou José Francisco de Lima, economista-chefe da Fator, que afirmou que o resultado combina esforço fiscal do Executivo com a política monetária contracionista do Banco Central, que se comportou com cautela na redução da taxa básica de juros, a Selic.

Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, o recado geral é de que os números estão mais realistas, mas as estimativas do governo ainda subestimam o rombo das despesas da Previdência. "Vale dizer, ao longo do ano, o bloqueio combinado com o contingenciamento precisarão convergir para um corte de gastos mais alto, considerando-se que a previdência continua subestimada, quando comparada com as nossas projeções para 2024, em algo superior a R\$ 20 bilhões, e também as receitas estão ainda bastante elevadas", avaliou.

Haddad recorre a pacto para cumprir a meta de déficit zero

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou o relatório divulgado ontem e disse que o saldo do primeiro bimestre está próximo do esperado. No entanto, o chefe da equipe econômica atribuiu a responsabilidade de cumprir a meta de zerar o déficit à evolução da economia e aprovação de medidas que foram encaminhadas ao Congresso Nacional.

"Nós tivemos um bom primeiro bimestre, mas vamos

continuar acompanhando com o mesmo rigor a evolução do ano", disse o ministro, que demonstrou otimismo com a expectativa de crescimento de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. Segundo ele, o equilíbrio das contas públicas depende de um pacto nacional. "Hoje, a meta é uma lei. O resultado não depende só de fixar na lei o que você quer. Depende de um esforço do Executivo, do Legislativo e do

Judiciário em proveito do equilíbrio de contas."

Haddad lembrou ainda que houve mais um corte de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros (Selic), esta semana, e acredita que este movimento deve continuar, apesar do comunicado do Banco Central ter sido mais cauteloso em relação à continuidade dos cortes.

"A dúvida é sobre a taxa terminal de juros. A inflação

continua comportada dentro da meta, o cenário internacional deve ter evolução, com pelo menos três cortes da taxa de juros nos EUA. Isso ajuda o BC brasileiro a buscar uma Selic melhor. Tem atores no mercado já falando em crescimento de 2,5% para a economia este ano. E isso ajuda na arrecadação, naturalmente", avaliou o ministro.

Sobre as projeções do relatório, ele destacou que a cada

bimestre a Receita Federal faz uma avaliação das receitas e do Orçamento. "A cada bimestre, a Receita Federal vai fazendo uma reavaliação das receitas que podem entrar ainda ao longo do ano, os riscos de frustração e avaliações dessa natureza, como foi o caso da receita de concessões, que foi revista para baixo. E ela vai reavaliando as outras receitas, as receitas ordinárias, que no nosso entendimento, já desde o

ano passado, poderiam estar subestimadas", apontou.

"Mas a minha impressão, e a impressão da equipe, era de que talvez as receitas correntes estivessem um pouco subestimadas e as receitas extraordinárias um pouco superestimadas. E isso está se comprovando, mas elas estão se compensando razoavelmente bem e até aqui nós estamos com uma projeção para o ano boa", acrescentou. (RG)

ÍNDICE DA FGV

Consumidor mais confiante na economia

» FERNANDA STRICKLAND

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) aumentou 1,6 ponto em março. Foi a primeira alta neste ano, conforme mostram os dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgados ontem. Com isso, o indicador chegou a 91,3 pontos, após duas quedas seguidas.

Segundo a economista do FGV Ibere, Anna Carolina Gouveia, a melhora na confiança dos consumidores foi motivada por todos os quesitos que compõem o ICC, com a exceção do que trata

de intenção de compra de bens duráveis, que recuou fortemente no mês. "Esse é o primeiro resultado positivo do ano, elevando o indicador de um nível pessimista para moderadamente pessimista, acima dos 90 pontos", ressaltou a pesquisadora.

O Índice de Situação Atual (ISA) subiu 2,1 pontos, para 80,7 pontos, segunda alta consecutiva, enquanto o Índice de Expectativas (IE) avançou 1,2 ponto, para 99,1 pontos. "Apesar da melhora no mês, a dificuldade em alcançar níveis mais satisfatórios da confiança tem estado

atrelado às limitações financeiras das famílias, como sugere a manutenção do indicador de situação financeira atual em níveis historicamente baixos", completou Gouveia.

Entre os componentes de expectativas para os próximos meses, as perspectivas para as finanças familiares futuras deu a maior contribuição para a alta da confiança no mês, ao crescer 7,6 pontos, para 100,8 pontos, após queda de 8,5 pontos no mês anterior. O item que mede as perspectivas sobre a situação futura da economia

subiu 4,8 pontos, para 110,6 pontos. Já o ímpeto de compras de bens de consumo duráveis recuou 9,2 pontos, para 85,8 pontos, "oscilando fortemente nos últimos meses".

Quanto aos componentes que avaliam o momento atual, houve melhora das percepções sobre as finanças pessoais, com alta de 2,0 pontos, para 69,9 pontos, e sobre a economia local, aumento de 2,1 pontos, para 91,8 pontos.

A abertura da pesquisa por faixas de renda mostrou avanço da confiança nos quatro grupos pesquisados.

Tânia Régio/Agência Brasil



Pesquisa mostra que aumentou mais otimismo nas compras